



AVICITA

COMÉRCIO DE AVES, LDA.

AMPLIAÇÃO PARCIAL DO ESTABELECIMENTO AVÍCOLA DA AVICITA



ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

(Resumo Não Técnico)



Janeiro de 2014



AVICITA – COMÉRCIO DE AVES, LDA.

**AMPLIAÇÃO PARCIAL DO ESTABELECIMENTO AVÍCOLA DA AVICITA
(PROJECTO DE EXECUÇÃO)**

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL (Resumo Não Técnico)

Realizado por:



Janeiro de 2014



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
1. JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO E DO EIA	4
1.1 Objetivos Gerais	5
1.2 Objetivos específicos.....	5
2. O PROJECTO.....	6
2.1 LOCALIZAÇÃO	6
2.2 Infraestruturas.....	8
2.3 Caracterização da Atividade	12
2.4 Matérias-primas	12
2.6 Instalação Complementar da Atividade Pecuária (ICAP) - Centro de Inspeção e Classificação de Ovos.....	13
2.9 Principais Ações do Projeto	13
3. ESTADO ACTUAL DO AMBIENTE	15
3.1 Geologia, geomorfologia e Hidrogeologia	15
3.2 Recursos hídricos superficiais e subterrâneos	15
3.3 Solo e Capacidade de Uso do Solo.....	16
3.4 Uso atual do Solo, Ordenamento do Território e Rede Viária	16
3.5 Fatores Biológicos e Ecológicos.....	17
3.6 Paisagem.....	17
3.7 Qualidade do Ar;.....	18
3.8 Ambiente Sonoro;	18
3.9 Socio-economia;	18
3.10 Património Cultural e Arqueologia.	19
3.11 Evolução do ambiente atual	19
4. PRINCIPAIS EFEITOS NO AMBIENTE	20
4.1 Geologia, Geomorfologia e Hidrogeologia.....	20
4.2 Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos	20
4.3 Solo e Capacidade de Uso do Solo.....	22
4.4 Uso atual do Solo, Ordenamento do Território e Rede Viária	22
4.5 Fatores Biológicos e Ecológicos	22
4.6 Paisagem	22
4.7 Qualidade do Ar	23
4.8 Ambiente Acústico	23
4.9 Sócio-economia	24
4.10 Património Cultural e Arqueologia.	24
4.11 Fase de desativação	24
4.12 Medidas de minimização e monitorização.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26



NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico (RNT) do Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação Parcial do Estabelecimento Avícola da Avicita**, dando cumprimento ao regime jurídico da avaliação do impacte ambiental., doravante simplesmente identificado como Estabelecimento Avícola, sito em Salgueiral de Cima, freguesia de São João, do concelho de Ovar, distrito de Aveiro.

O proponente do projeto é a Avicita – Comércio de Aves, Lda., com o número de identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 502.478.144, com sede em Salgueiral de Cima, 3880 - 702 São João – Ovar, no concelho de Ovar, no distrito de Aveiro.

O projeto em estudo prevê a instalação de 1 novo pavilhão avícola e respetivos equipamentos de apoio, onde será realizada a atividade de produção avícola intensiva de galinhas poedeiras para produção de ovos para consumo humano e a substituição das baterias e equipamentos noutros 3 pavilhões pré-existentes, com capacidade adicional total de 33.320 (510CN) totalizando no Núcleo de Produção a capacidade instalada de 82.320 galinhas poedeiras (1070,16CN).

A competência para a autorização de laboração é da Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, nos termos do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de Junho, regulamentado pela Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho, e pela Portaria n.º 637/2009, de 9 de Junho, relativas à gestão de efluentes pecuários e à produção avícola respetivamente. Tratando-se de uma exploração existente, foi apresentado um pedido de regularização nos termos do artigo 67.º do REAP (Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro), estando portanto sujeito ao regime excecional de regularização, sendo o presente EIA um elemento de instrução.

A Câmara Municipal de Ovar detém as competências de licenciamento de obras de construção civil dos vários edifícios que constituem o estabelecimento avícola (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, e respetiva regulamentação específica).

A recolha, tratamento e análise da informação relevante para a elaboração do presente trabalho decorreu Outubro e Dezembro de 2013, não obstante, haver já um trabalho prévio para elaboração do Pedido de Licença Ambiental e que abarca os últimos 2 anos de funcionamento do Estabelecimento Avícola.

O EIA, elaborado conforme legislação em vigor, tem como principal objetivo a identificação dos principais impactes que possam a ser gerados pela implantação de determinado projeto, tendendo a apontar medidas de minimização para as diferentes fases: construção, exploração e desativação.

O Resumo Não Técnico constitui o principal suporte à participação pública e tem como principal objetivo sumarizar e simplificar a informação do EIA, tornando-o num documento de fácil compreensão e acessível ao público em geral. Tem em conta os principais impactes gerados pela implantação do projeto, caracterizando as principais medidas de minimização para os efeitos negativos e valorizando os que potenciam impactes positivos.



1. JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO E DO EIA

O projeto é, antes de mais justificado pela crescente procura do mercado pela carne de aves e ovos e pelo défice de produção atualmente existente, o qual é determinado pela inadequação de muitas unidades de produção (normalmente de pequena dimensão) existentes ou entretanto desativadas e falta de capacidade de investimento em novas unidades de produção construídas com recurso às MTD (Melhores Técnicas Disponíveis) do sector.

Por outro lado, este sector de atividade apresenta especificidades técnicas muito exigentes, nomeadamente ao nível higiossanitário e do bem-estar animal que condicionam fortemente a escolha da sua localização e obrigam à adaptação das instalações existentes às novas exigências e normativos técnicos de exploração. Ainda em matéria de localização verifica-se muitas vezes dificuldades de viabilidade em função dos instrumentos de gestão territorial em vigor, nomeadamente Planos Diretores Municipais, considerando a necessidade de compromisso entre o cumprimento das respetivas regras e parâmetros construtivos e as regras específicas do sector, designadamente afastamentos ou áreas de segurança sanitária.

Desta forma, o promotor pretende promover a adaptação do seu estabelecimento aos normativos aplicáveis, nomeadamente no âmbito do bem-estar animal e requisitos técnicos em matéria de NREAP para assegurar os requisitos legais de atividade e ambiente para atualização do licenciamento da instalação.

Acresce que o presente projeto se baseia em 3 explorações existentes e anteriormente licenciadas, não apresenta constrangimentos ao nível sanitário, nem de saúde pública, e cumulativamente não apresenta restrições de índole territorial, nomeadamente em matéria de PDM e condicionantes, como demonstraremos no presente estudo.

Neste concelho e região, o projeto representa um pólo de dinamismo empresarial, com geração de emprego e mais-valias económicas ainda que com uma escala local. Com o incremento da produção avícola aumenta-se a oferta regional deste tipo de produtos, com o conseqüente incremento da atividade económica no concelho.

Do ponto de vista ambiental e da atividade, toda a conceção do projeto de alteração e futura exploração baseia-se na adoção das MTD do sector, garantindo uma resposta adequada aos objetivos do NREAP e também do regime legal da prevenção e controlo integrados de poluição, procurando dar resposta a todas as saídas de processo, passíveis de produzir poluição.

Este Estabelecimento Avícola é constituído por 3 Núcleos de Produção (NP):

- NP1: PRODUÇÃO INTENSIVA DE FRANGO DE CARNE – 70.000 FRANGOS (420CN)
- NP2: PRODUÇÃO INTENSIVA DE OVOS – 49.000 GALINHAS POEDEIRAS (637CN)
- NP3: PRODUÇÃO INTENSIVA DE FRANGO DE CARNE – 120.000 FRANGOS (720CN)

Todos os NP supra identificados funcionaram até à presente data como Explorações Avícolas autónomas, possuindo cada uma o respetivo Título de Exploração válido emitido pela então Direção-Geral de Veterinária (DGV), conforme cópias que se anexam, bem como licenciamento das respetivas construções. A capacidade instalada total licenciada é de 190.000 frangos (1.140CN - Cabeças Normais) para produção de carne e 49.000 galinhas poedeiras (637CN).

A única intervenção física e alteração real da exploração e que motiva o presente Estudo de Impacte Ambiental (EIA) corresponde ao Pavilhão 4 do NP2, referente às galinhas poedeiras, o qual não se encontra devidamente contemplado no atual



Título de Exploração. Com efeito, a referida licença autoriza os restantes 3 pavilhões, à altura existentes com uma capacidade instalada de 49.000 galinha poedeiras, à qual acresce atualmente o pavilhão 4 com uma capacidade nominal de 30.000 galinhas poedeiras. Adicionalmente, é ainda necessário rever as capacidades instaladas nos 3 pavilhões do NP2 já licenciados tendo em conta a sua adaptação à Diretiva do “Bem-Estar Animal” que motivou a substituição das baterias originais por baterias novas.

Neste contexto, considerando a aplicabilidade e o cumprimento das respetivas normas regulamentares da Portaria n.º 637/2009, de 9 de Junho, a adaptação à Diretiva do “Bem-Estar Animal” propõe-se o licenciamento da seguinte capacidade instalada para o NP2:

- NP2: PRODUÇÃO INTENSIVA DE OVOS – 82.320 GALINHAS POEDEIRAS (1070,16CN).

Com esta alteração, a capacidade instalada total e a efetivar para este Estabelecimento Avícola será de 190.000 frangos (1.140CN - Cabeças Normais) para produção de carne e 82.320 galinhas poedeiras (1.070,16CN).

Neste contexto, consideramos em cumprimento dos pressupostos legais estabelecidos no regime jurídico de AIA, que a alteração mencionada no ponto 2 para o NP2 e submetida a regularização, nos termos do REAP, está abrangida por AIA, enquadrando-se no artigo 1.º, n.º 4, alínea b) e subalínea ii) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro.

Adicionalmente, o estabelecimento por ter mais de 40.000 aves enquadra-se ainda na alínea a) do ponto 6.6 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de Agosto, estando como tal abrangido por Licença Ambiental, relativa à prevenção e controlo integrados da poluição (PCIP).

1.1 OBJETIVOS GERAIS

- Adequar o estabelecimento às exigências da legislação ambiental e do ordenamento do território em vigor.
- Dar cumprimento à regulamentação aplicável à actividade de produção avícola e reunir condições para obter o licenciamento ambiental e da atividade.
- Ampliar a iniciativa empresarial com recurso a instalações modernas adaptadas e/ou construídas de raiz com recurso às MTD's.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com o presente EIA pretende-se dar cumprimento ao regime jurídico da avaliação de impacte ambiental e do licenciamento da actividade, nomeadamente:

- Identificar e avaliar os impactes e os riscos que potencialmente poderão vir a ser gerados pelo projeto assim como minorar os impactes negativos e potenciar os impactes positivos;
- Indicar directrizes e recomendações mais favoráveis para a realização das acções/actividades inerentes ao projeto em função dos critérios ambientais e operacionais.

Simultaneamente, a empresa solicitará também o licenciamento ambiental, de acordo com o Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de Agosto.



2. O PROJECTO

2.1 LOCALIZAÇÃO

O Estabelecimento Avícola insere-se em propriedade do promotor, sita no lugar de Salgueiral de Cima, freguesia de São João de Ovar, concelho de Ovar, distrito de Aveiro, em território integrado na NUT II – Região Centro e NUT III – Baixo Vouga (Peça Desenhada n.º 1).

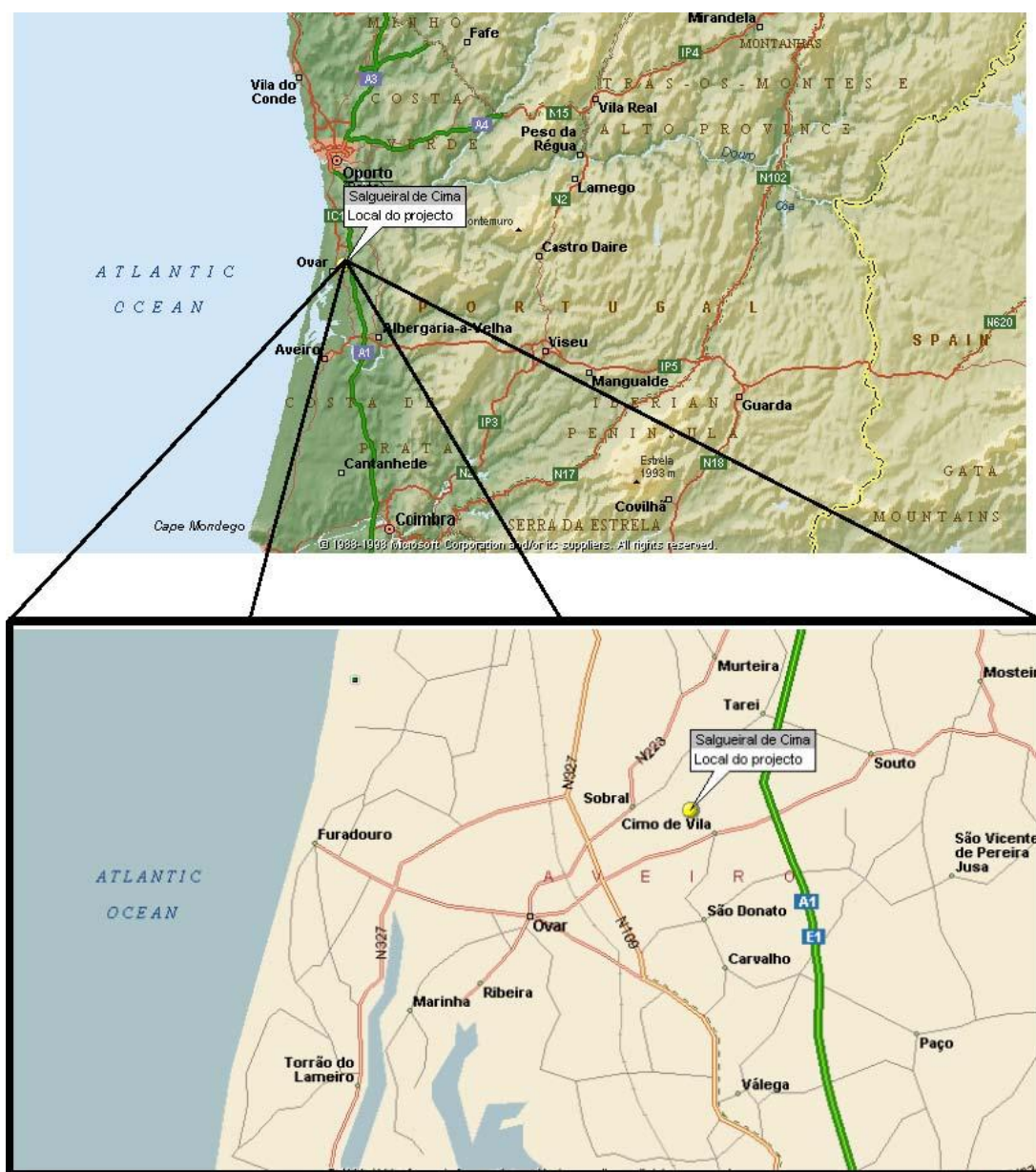


Figura 1 - Inserção nacional, rede viária e aglomerados mais próximos.

Este é composto por 3 Núcleos de Produção individualizados e situados num raio inferior a 1 km (Figura 2 e Peça Desenhada n.º 2). O NP2 e o NP3 são separados apenas pela estrada de acesso à entrada dos Núcleos de Produção respetivos. O NP1 dista destes cerca de 400m, a Nordeste.

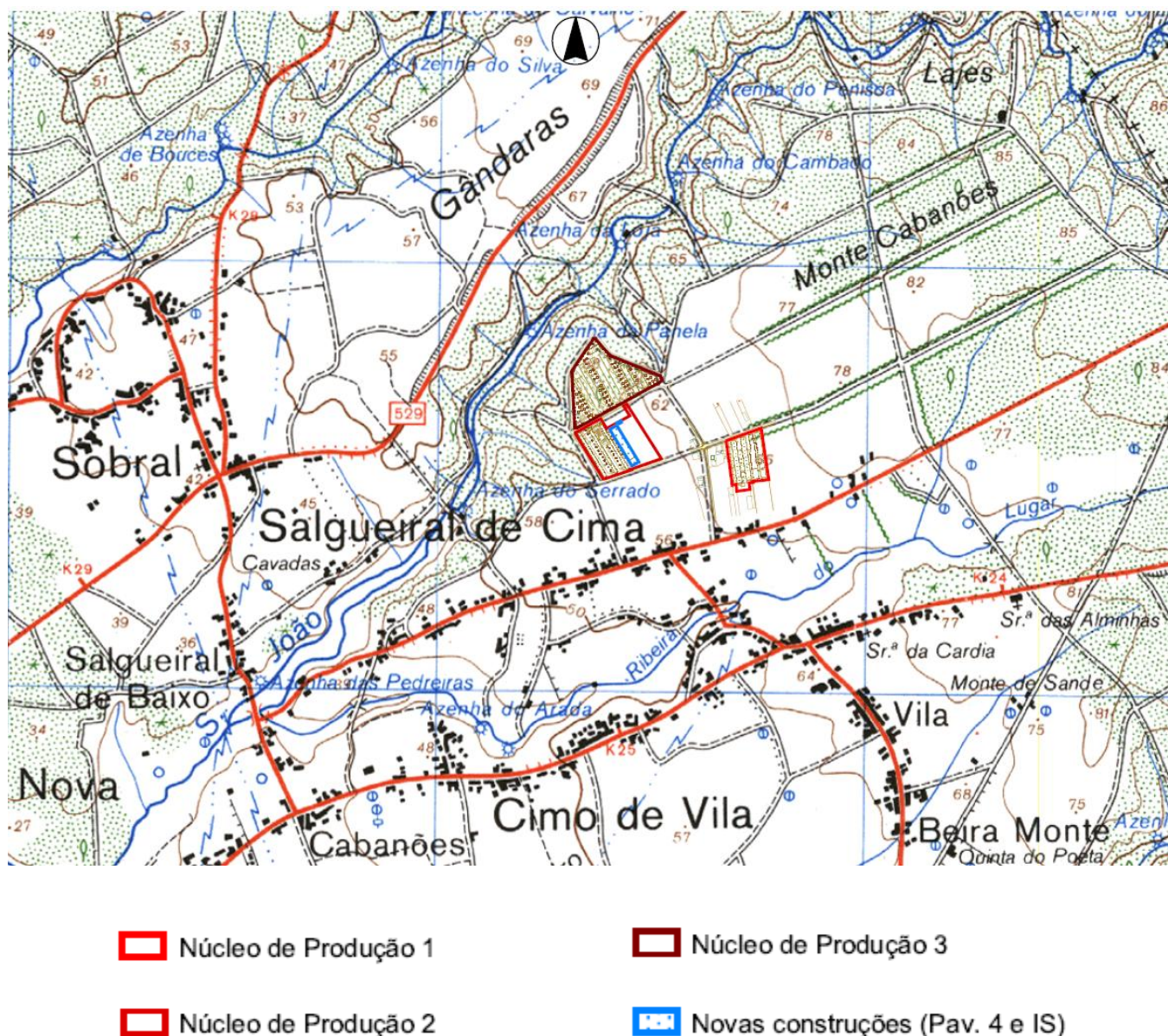


Figura 2 – Localização do Estabelecimento Avícola da Avicita e respetivos Núcleos de Produção (extrato da Carta Militar 1:25000 n.º 153, s/ escala).

Relativamente às acessibilidades, o concelho de Ovar é servido por 2 eixos rodoviários da Rede Fundamental através da A1 e do IC1/A29 que permite ligações facilitadas no eixo Norte-Sul (Porto - Lisboa), estando ainda próxima da interseção com a A25 no eixo Este-Oeste (Aveiro – Vilar Formoso), complementada pela rede regional (EN109) e concelhia (Figura 3).

Localmente, o projeto será servido por Caminhos e Arruamentos Municipais que permitem a ligação à EN327, fazendo esta a articulação com a EN109 e as autoestradas da Rede Fundamental já identificadas (Figura 3).

O Estabelecimento Avícola é uma exploração composta por três núcleos de produção: 2 Núcleos de Produção intensiva de frango de carne (NP1 e NP3) e 1 Núcleo de Produção de galinhas poedeiras (NP2), para produção intensiva de ovos e, ainda, um Centro de Inspeção e Classificação de Ovos (CICO) dedicado para processamento da produção própria.



A área total da Exploração Avícola é de 50.893m². A área total de implantação é de 17.424,35m² e das áreas produtivas da Exploração Avícola é de 15.008m².

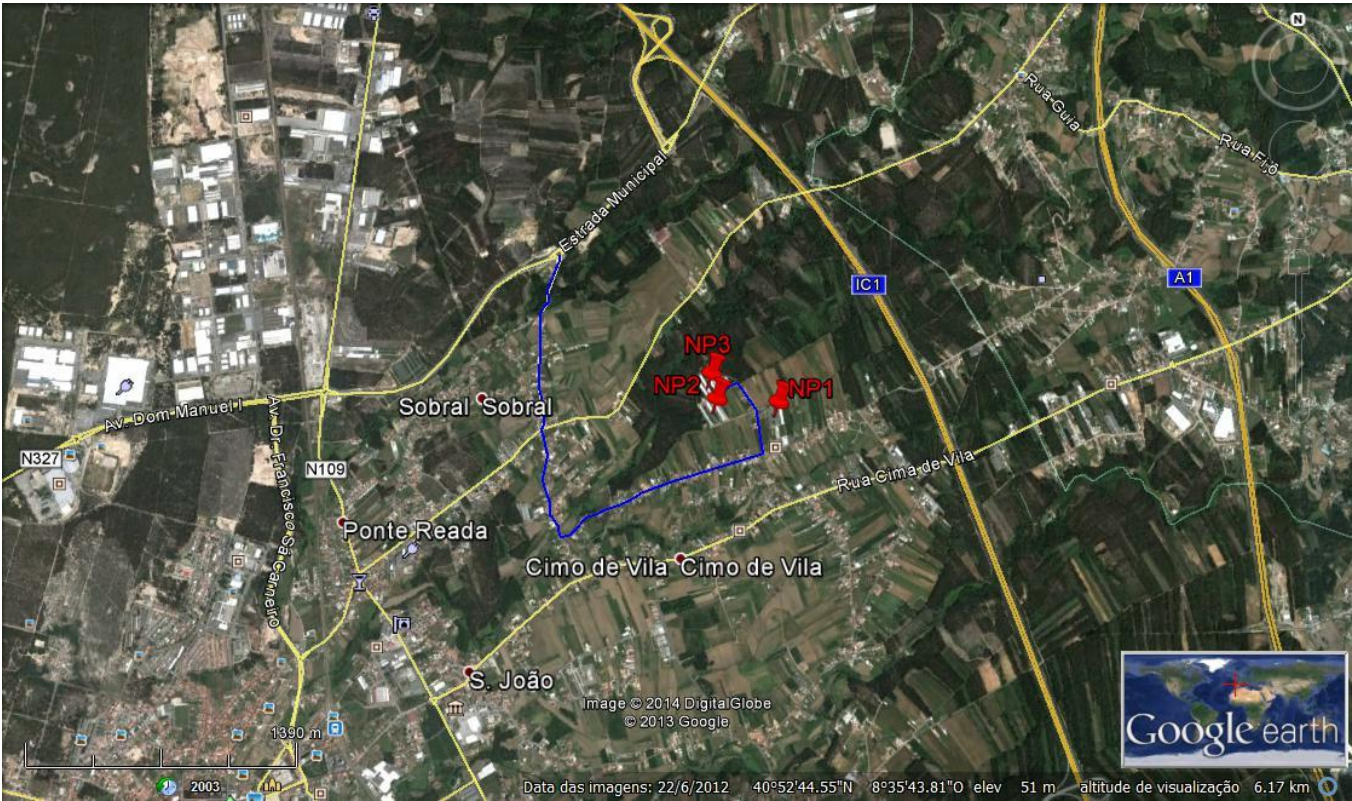


Figura3 – Acessos locais e articulação com a rede rodoviária regional e fundamental (adaptado de Google Earth, 2014).

Pretende-se o licenciamento dos Núcleos de Produção integrando-os numa só exploração, bem como a regularização em processo REAP do pavilhão 4 e da adaptação dos Pavilhões 1 a 3 do Núcleo de Produção das galinhas poedeiras (NP2). Esta intervenção no NP2 constitui a alteração objeto de AIA nos termos do respetivo regime jurídico.

2.2 INFRAESTRUTURAS

O **Núcleo de Produção 1** é dedicado à produção intensiva de frangos de carne e não sofreu alterações. A área total do terreno deste Núcleo de Produção é de 10.170m². É composto por 4 pavilhões com áreas distintas, com as características sintetizadas no quadro seguinte.

Quadro 4.2.2.1 – Núcleo de Produção 1: Produção Intensiva de Frango de Carne.

Pavilhão	Área implantação (m²)	Área útil produção (m²)	Pé direito (m)	Ciclos/ano	Capacidade Instalada (N.º Aves)	Efetivo
1	1337,50	1.293,00	2,50	6	20.042	120.252
2	1289,60	913,00	2,50	6	14.152	84.911
Anexo Apoio		309,00				
3	1200,00	1.155,00	2,30	6	17.903	107.418
4	1200,00	1.155,00	2,30	6	17.903	107.418
TOTAL	5027,10	4.516,00			70.000	420.000

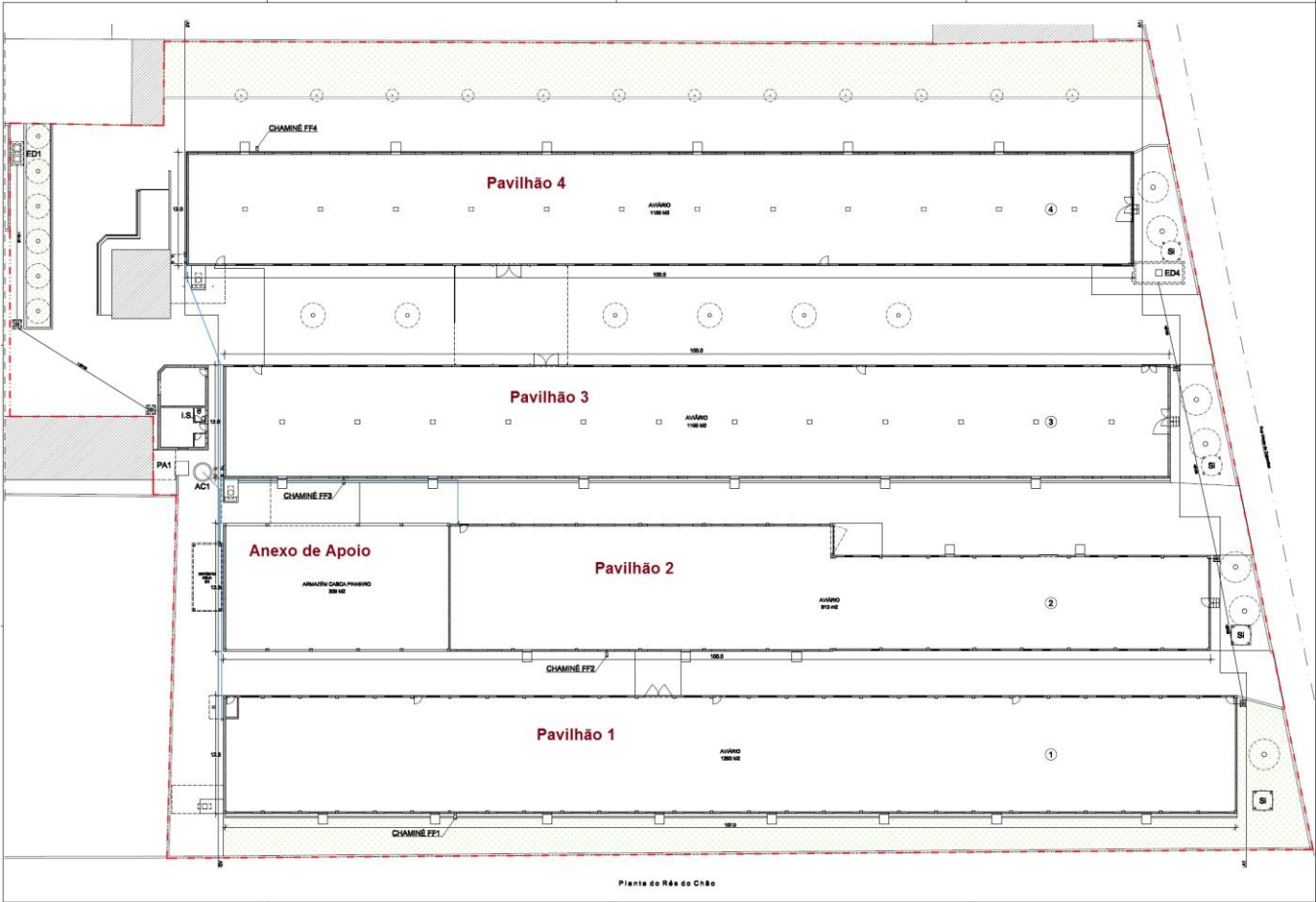


Figura 4.2.2.1 – Planta esquemática do NP1: principais elementos edificados de produção e apoio (sem escala).

O **Núcleo de Produção 2** é povoado com galinhas poedeiras em produção intensiva, complementado por um CICO – Centro de Inspeção e Classificação de Ovos. O Pavilhão 4 foi o último pavilhão construído, foi submetido a licenciamento e regularização no decorrer deste processo e motiva o presente EIA. A área produtiva é composta por 4 pavilhões, três dos quais já licenciados, com as características sintetizadas no quadro seguinte. A área total do terreno deste Núcleo de Produção é de 17.623m².

Com esta alteração, a capacidade instalada neste Núcleo de Produção passou para 82.320 galinhas poedeiras.

Quadro 4.2.2.2 – Núcleo de Produção 2: Produção Intensiva de Galinhas Poedeiras.

Pavilhão	Área implantação (m²)	Área útil produção (m²)	Pé direito (m)	Ciclos/ano	Capacidade Instalada (N.º Aves)	Efetivo
1	911,75	857,00	3,70	1	17.280	17.280
2	876,75	824,00	3,70	1	17.760	17.760
3	841,75	790,00	3,70	1	17.280	17.280
4	1.917,00	1547,00	4,10	1	30.000	30.000
Anexo Apoio		260,00	4,10	n.a.	n.a.	n.a.
Inst. Sanitária	37,00	37,00	3,00	n.a.	n.a.	n.a.
CICO	540	381,00	3,00	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	5.124,25	4.018,00			82.320	82.320

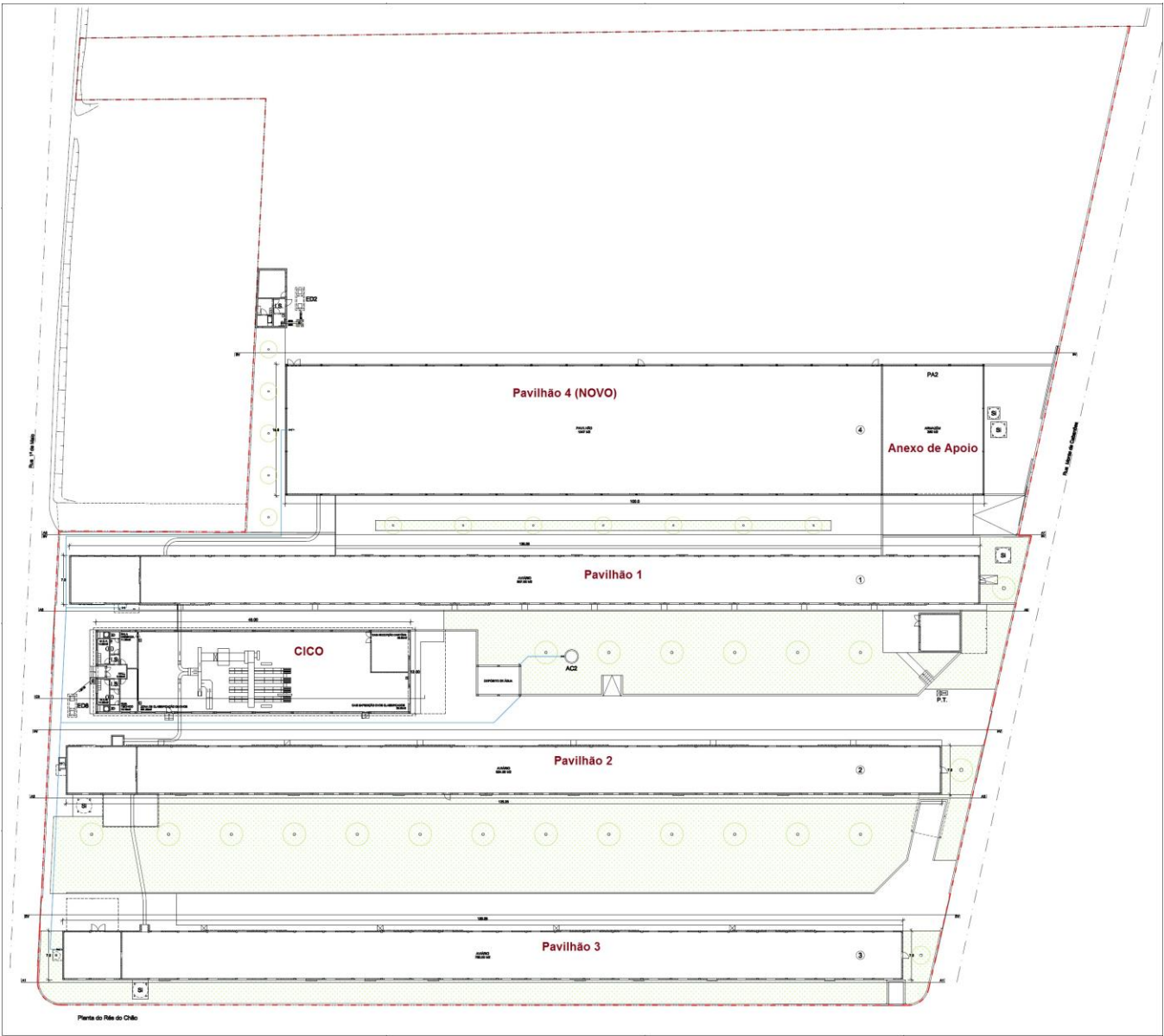


Figura 4.2.2.2 – Planta esquemática do NP2: principais elementos edificados de produção e apoio (sem escala).

O **Núcleo de Produção 3** é dedicado à produção intensiva de frangos de carne e não sofreu alterações, é composto por 6 pavilhões de produção e por um armazém, para cama das aves e biomassa de alimentação às caldeiras de aquecimento e um edifício de área social (atualmente sem uso). Foi alvo de Estudo de Impacte Ambiental com emissão de DIA favorável condicionada emitida a 5 de Agosto de 2004 e possui licença de exploração para uma capacidade de 120.000 frangos por ciclo.

A área total do terreno deste Núcleo de Produção é de 23.100m².

Quadro 4.2.2.3 – Núcleo de Produção 3: Produção Intensiva de Frango de Carne.

Pavilhão	Área implantação (m²)	Área útil produção (m²)	Pé direito (m)	Ciclos/ano	Capacidade Instalada (N.º Aves)	Efetivo
5	519,60	486,00	2,50	6	9.008	54.050
6	867,60	817,00	2,50	6	15.144	90.862
7	1440,00	1.364,00	2,50	6	25.283	151.696



8	1440,00	1.364,00	2,50	6	25.283	151.696
9	1440,00	1.364,00	2,50	6	25.283	151.696
10	1143,60	1.079,00	2,50	6	20.000	120.000
Anexo Apoio	360,00	339,00	3,40			
Inst. Social	100,00	90,00				
TOTAL	7.310,00	6.474,00			120.000	720.000

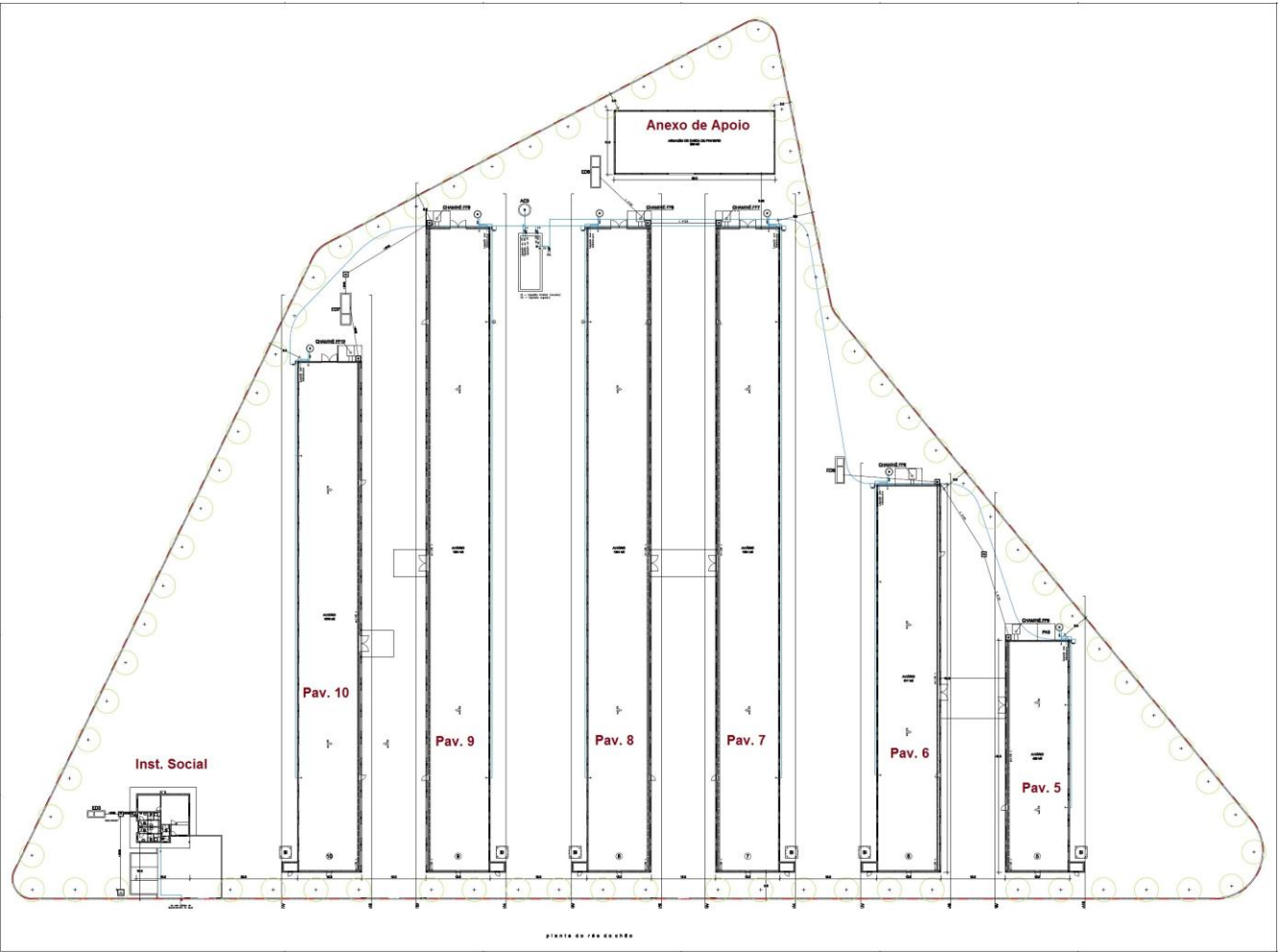


Figura 4.2.2.3 – Planta esquemática do NP3: principais elementos edificados de produção e apoio (sem escala).

À exceção do pavilhão 4 do NP2, construído em material de chapa metálica, todos os outros pavilhões da Exploração Avícola são construídos em alvenaria. O chão é de cimento liso, garantindo-se as condições de impermeabilidade e manutenção, como sejam a limpeza e desinfeção. A cobertura dos pavilhões é em chapa metálica com painéis do tipo “sandwich” ou em telhas simples, garantindo em qualquer dos casos condições de isolamento térmico e higrométrico. A entrada para as áreas de produção faz-se no topo de cada um dos pavilhões, onde se localiza o sistema de desinfeção e o equipamento de proteção dos funcionários. No topo oposto localiza-se a casa das máquinas onde estão situados os automatismos dos equipamentos de alimentação, abeberamento e climatização das instalações, em área isolada do restante pavilhão.



2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Do normal funcionamento da Exploração são produzidos frangos de carne e ovos para venda em espécie.

No caso da produção intensiva dos frangos de carne (NP1 e NP3), a produção inicia-se com a entrada dos pintos do dia nas áreas produtivas e prolonga-se em média durante 5 semanas, período após o qual seguem para matadouro. As áreas produtivas de cada pavilhão de produção de frango de carne são completas com fita de madeira, matéria-prima de cama, antes da chegada do bando e retirada no final de cada ciclo.

Relativamente ao núcleo de produção das galinhas poedeiras (NP2) as aves entram para a exploração com 17 semanas, e o ciclo de produção estende-se, em média, durante 52 semanas em postura. A produção decorre em gaiolas. Após o período de produção, as aves são enviadas para abate para produção de carne de consumo.

O regime de produção da Exploração Avícola segue o modo de produção típico de “tudo dentro, tudo fora”, isto é, as aves que compõem o mesmo bando entram e saem todas na mesma altura. No entanto, a entrada de aves nos diferentes pavilhões da Exploração Avícola ou de cada um dos Núcleos de Produção, poderá não ser coincidente em todos os pavilhões.

A produção, de frangos de carne e ovos, implica a alimentação e abeberamento das aves, iluminação e climatização das áreas produtivas.

Apenas os pavilhões de produção intensiva de frangos de carne (NP1 e NP3) possuem sistema de aquecimento de cada uma das áreas produtivas. O aquecimento é garantido pelo fornecimento de ar quente, pela queima de biomassa em caldeiras dedicadas a cada um dos pavilhões dos núcleos referidos.

O Núcleo de Produção de Frangos de Carne (NP1) e o Núcleo de Produção de Galinhas Poedeiras (NP2) possuem sistemas de ventilação forçada, através de equipamentos de alto caudal que arrefecem as zonas produtivas pela emissão de ar mais frio e mais húmido. A refrigeração do ar faz-se com a entrada do ar exterior no sistema onde circula água fria em circuito fechado, arrefecendo-o.

2.4 MATÉRIAS-PRIMAS

As matérias-primas, tipo e quantidade, necessárias durante o ciclo produtivo são as seguintes:

Ração – Estima-se o consumo anual de 3.666,24t/ano para frangos de carne e de 2.863,34/ano para as galinhas poedeiras.

Água – proveniente de captações próprias em cada um dos Núcleos de Produção O consumo de água em NP1 e NP3 estima-se ser 7.357,56m³/ano para abeberamento, 98,91m³/ano para lavagem e 64,10m³/ano para arrefecimento. Já no Núcleo de Produção de galinhas poedeiras (NP2), o consumo de água estimado é em abeberamento, 6.014,64m³/ano, e 50,0m³/ano para arrefecimento.

Fita de Madeira – estima-se o consumo anual de 273,60t/ano.

Biomassa – estima-se o consumo anual de 912t/ano.

Elettricidade – O abastecimento à exploração é feito a partir de PT e duas baixadas. A potência contratada é de 27,6kVA em cada uma das duas baixadas do NP1, e de 100,0kVA para o NP2 e NP3. O consumo anual estimado é de 294.105,6kWh.





2.5 Águas residuais

A produção de águas residuais na Exploração Avícola surge da utilização das instalações sanitárias existentes nos Núcleos de Produção, bem como as resultantes das lavagens das áreas produtivas no final de cada ciclo. As águas residuais provenientes das instalações sanitárias e as águas de lavagem dos pavilhões, equiparadas a efluentes pecuários pela Portaria n.º 631/2009 de 9 de Junho, são encaminhadas para sistemas de tratamento distintos.

Existem quatro fossas sépticas estanques bicompartimentadas para o armazenamento das águas residuais domésticas (NP1 - ED1; NP2 – ED2 e ED8; NP3 – ED3) com capacidade para 15m³ cada. Na Exploração Avícola estima-se a produção de 66,48m³ anuais de efluente doméstico. As fossas vêm sendo esvaziadas por cisterna com encaminhamento para ETAR Municipal, no entanto, atendendo à recente infraestruturação da área pela AdRA será feita a curto prazo a ligação ao sistema de todas estas fossas.

No que diz respeito à produção de efluentes pecuários, pelos sistemas de limpeza efetuados na exploração e dada a utilização de equipamentos de alta pressão, o consumo de água para lavagem das áreas produtivas é de 1,5L/m². Apenas os Núcleos de Produção de Carne (NP1 e NP3) são lavados. De acordo com as áreas produtivas de cada Núcleo de Produção, no NP1 estima-se a produção de 6,77m³ de chorume (águas de lavagem) por ciclo e no NP3 estima-se a produção de 9,71m³ de chorume por ciclo. Na Exploração Avícola estima-se a produção por ciclo de 16,49m³ de chorume, em ambos os Núcleos de Produção de Frangos de Carne, correspondendo a 98,91m³ anuais, dado serem efetuadas 6 lavagens por ano, sempre que termina um ciclo.

Para o armazenamento das águas de lavagem dos pavilhões, no NP1 existe uma fossa séptica estanque bicompartimentada (ED4) com capacidade para 15m³ e no NP3, existem três fossas sépticas estanques bicompartimentadas, uma para cada dois pavilhões. As capacidades de retenção de efluentes pecuários são as seguintes: ED5 – 12m³; ED6 – 15m³; ED7 – 15m³.

2.6 INSTALAÇÃO COMPLEMENTAR DA ATIVIDADE PECUÁRIA (ICAP) - CENTRO DE INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE OVOS

4.2.8.1 Enquadramento da atividade industrial

De acordo com o Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro, que estabelece a Classificação de Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE-Rev. 3), o Centro de Inspeção e Classificação de Ovos pertence ao CAE 10893 - Fabricação de outros produtos alimentares diversos (correspondente ao antigo CAE 15893, da Rev 2.1.)

O Centro de Inspeção e Classificação de Ovos (dedicado), encontra-se abrangido pelo Regime Jurídico com Licenciamento Industrial (Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto), atual Sistema de Indústria Responsável (SIR) e está licenciado pela então Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral (vide Anexo 5, do Anexo Documental).

2.9 PRINCIPAIS AÇÕES DO PROJETO

No quadro 4 apresentam-se as principais ações do projeto em estudo, considerando que a fase de construção contempla apenas a construção de raiz do Pavilhão 4 e a substituição de equipamentos no interior dos Pavilhões 1, 2 e 3, sempre no NP2. No NP 1 e NP3 não há qualquer intervenção de construção.



Para as fases de exploração e desativação consideramos todos os NP do Estabelecimento Avícola.

Quadro 4 - Principais ações do projeto.

Fase de Construção	Fase de Exploração	Fase de desativação
Movimentações de terras e preparação do terreno	Presença física das infraestruturas e equipamentos associados	Circulação de veículos ligeiros e pesados
Instalação do estaleiro	Circulação de veículos ligeiros e pesados: entrada e saída de pessoas, matérias-primas e produtos	Remoção de equipamentos e desmantelamento dos pavilhões e de outros elementos edificados
Circulação de veículos e maquinaria pesada	Trasfega de matérias-primas, produtos, subprodutos e resíduos	Produção e gestão de resíduos
Implantação do sistema de drenagem das águas residuais	Funcionamento de sistemas e equipamentos: ventilação, aquecimento e outros	Encaminhamento adequado de equipamentos de apoio à atividade
Construção das fossas sépticas	Produção de águas residuais, tratamento das mesmas e descarga de águas tratadas	Recuperação paisagística e reconversão da área, para uso agrícola e/ou silvo-pastoril e/ou florestal, revegetação com espécies autóctones e adaptadas às condições edafo-climáticas da área
Construção do pavilhão 4 em componentes pré-fabricados e montagem de equipamentos	Produção de emissões gasosas, águas residuais, resíduos e subprodutos	
Remoção dos equipamentos e montagem de novos nos pavilhões 1 a 3		

4.2.9.1 Calendário

A construção das infraestruturas já ocorreu e está em pleno funcionamento, sendo a duração da fase de exploração, no mínimo de 25 anos, considerando a duração dos equipamentos e o sector de atividade.

A fase de desativação, entendida como a desmaterialização de qualquer ação física ou mesmo virtual deve ser avaliada, como preconiza o regime legal de AIA, devendo ser ponderada caso a caso em função do tipo de projeto, localização e horizonte de vida útil do mesmo, conforme nos diz a prática.



3. ESTADO ACTUAL DO AMBIENTE

Neste capítulo faz-se uma análise sumária dos principais elementos ambientais, tendo em conta o local de inserção do projecto e a sua tipologia.

3.1 GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E HIDROGEOLOGIA

A área de estudo e sua envolvente desenvolve-se numa zona de transição entre o Maciço Antigo e a Orla Mezoceno-zóica Ocidental, sendo na área já aflorantes as formações geológicas cenozóicas de cobertura, representadas por depósitos aluvionares, depósitos de terraço e formações de cobertura do Plio-Plistocénico, sobre estratos do complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico.

Quanto à sua constituição geológica pode dizer-se que a área do projeto é uma área de constituição essencialmente xistosa, areno-pelítica e de depósitos de praia.

Tratando-se de uma zona de transição, esta apresenta já maior influência da geologia recente e de natureza sedimentar, característica da faixa de influência costeira. Assim, a área caracteriza-se por ser aplanada e de baixas altitudes, apenas entrecortada por linha de drenagem pouco pronunciadas.

Na região em estudo não estão identificadas estruturas tectónicas significativas, dado o carácter não consolidado dos depósitos sedimentares que a constituem. Também não são conhecidos indícios de atividade neotectónica nem estruturas geológicas ativas na região abrangente da área de estudo.

Do ponto de vista hidrogeológico, a zona em estudo e sua envolvente insere-se na Orla Ocidental.

3.2 RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS

A caracterização dos recursos hídricos na zona de implantação do projeto em estudo baseou-se, sobretudo, na informação disponível na bibliografia sobre a matéria, nomeadamente a caracterização da principal bacia hidrográfica onde se insere o presente projeto, informação disponível no Plano de Bacia Hidrográfica do rio Vouga (PBHV, 2001), assim como na informação do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis (PGBHVML, 2012). Para a caracterização dos recursos hídricos subterrâneos foi utilizada a informação disponível na bibliografia sobre a matéria, nomeadamente em estudos identificados e seleccionados de âmbito regional, designadamente os Sistemas Aquíferos de Portugal Continental (INAG, 2000)

Esta caracterização foi ainda complementada com a consulta do do Atlas da Água (GeoSNIRH), do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), do gestor de informação geográfica e recursos hídricos (InterSIG) e do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR) e, ainda, com visitas de reconhecimento de campo.

Com vista à caracterização da principal bacia hidrográfica do projeto, apresenta-se uma descrição dos principais aspetos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos superficiais, tendo sido igualmente analisadas e caracterizadas as principais disponibilidades, necessidades, os usos da água dominantes e as fontes de poluição para a respetiva bacia hidrográfica.

Em termos hidrográficos, a área geográfica correspondente à metade sul do concelho de Ovar (onde se insere o projeto e a área



de estudo) encontra-se abrangida pelo Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica do Rio Vouga que, ao nível territorial, abrange a bacia do rio Vouga e as ribeiras da costa atlântica do concelho de Cantanhede.

A área de estudo insere-se na sub-bacia hidrográfica da Ribeira de São João, afluente da Ribeira de Cáster, que por sua vez desagua no Rio Cáster o qual termina no Esteiro da Vagem no sistema lagunar da ria de Aveiro.

O rio Cáster e afluentes constituem massas de água superficial classificadas no âmbito do artigo 5.º da Diretiva Quadro da Água sendo que, ao nível do risco e de acordo com informação disponível no InterSIG/INAG, encontram-se classificados como “Massa de Água Rios em Risco” por não cumprir os objetivos ambientais relativamente ao seu estado ecológico.

O concelho de Ovar encontra-se inserido maioritariamente na Unidade Hidrogeológica relativa à Orla Ocidental, sendo que nesta Unidade Hidrogeológica encontra-se abrangido por dois sistemas aquíferos: o Quaternário de Aveiro e o Cretácico de Aveiro. Encontra-se ainda inserido na Unidade Hidrogeológica do Maciço Antigo, no sistema aquífero Maciço Antigo Indiferenciado (localizado na franja Este do concelho).

A área do projeto em estudo insere-se na sua totalidade na Orla Ocidental Indiferenciada da Bacia do Vouga que no InterSIG/INAG apresenta uma classificação de “Massas Água Subt. Em Dúvida”. Importa salientar que, de acordo com o PGBHVML (2012), no que respeita ao estado químico, esta massa de água subterrânea encontra-se em “estado químico medíocre”, devido à presença de nitratos.

A área de estudo não se situa em nenhuma zona vulnerável.

3.3 SOLO E CAPACIDADE DE USO DO SOLO

De acordo com os elementos disponíveis, designadamente a Carta de Solos do Atlas do Ambiente, à escala 1/1.000.000 e a caracterização geológica apresentada no presente documento, na região em estudo estão presentes maioritariamente os cambissolos e os regossolos. Em termos de capacidade de uso, com base no Atlas do Ambiente foram identificadas para a área de estudo 2 classes de uso: a A e a F, sendo que a intervenção em análise incide apenas sobre terrenos da classe A, correspondendo estes aos solos de maior aptidão agrícola.

3.4 USO ATUAL DO SOLO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E REDE VIÁRIA

Por se tratar de uma ocupação já efetivada e com um historial de ocupação superior a 2 décadas, previamente foi analisada a ocupação do solo, verificando-se que a área de estudo se divide por 3 unidades de ocupação do solos: “tecido urbano descontínuo” marginado por “culturas anuais de regadio” e “florestas mistas”.

Com efeito mantêm-se atualmente as marcas rurais da paisagem, em que a habitação unifamiliar e a atividade agrícola estão bastante ligadas, mantendo-se uma atividade persistente de práticas agrícolas e florestais.

Em matéria de planeamento e ordenamento a área de intervenção do projeto localiza-se no território do concelho de Ovar, que dispõe de PDM eficaz. De acordo com a estrutura de ordenamento e zonamento:

- O NP1 insere-se em *Espaço Agrícola Complementar* e constitui uma existência licenciada anterior à publicação do PDM de Ovar;
- O NP2 insere-se em *Espaço Agrícola Protegido Existente* e todos os elementos edificados foram objeto de



licenciamento, no âmbito do RJUE, e objeto de parecer favorável da CRRAN, nos termos do respetivo regime jurídico;

- O NP3 insere-se em *Espaço Florestal Existente* e constitui uma existência licenciada e objeto de DIA favorável condicionada em 5 de Agosto de 2004.

O projeto não interfere com qualquer área protegida ou sítio da Lista Nacional de Sítios integradas na Rede Natura 2000, assim como não inclui, total ou parcialmente, qualquer ZPE, Área de Paisagem Protegida ou Parque Nacional ou Natural. Também não há qualquer interferência com áreas classificadas como REN.

Dos 3 NP, apenas o NP2 abrange área classificada como RAN, pelo que todas as intervenções foram em devido tempo objeto de análise e aprovação pela CRRAN, em cumprimento do respetivo regime legal.

Em matéria de acessibilidades, o concelho de Ovar tem um posicionamento estratégico sendo atravessado pelos eixos viários da Rede Fundamental A1 e A29, bem como ainda regionalmente pela EN109, existindo ainda nós de articulação entre estas vias. Ainda na proximidade e através das vias já referidas é garantida a ligação ao principal eixo Nascente-Poente rodoviário da Região Centro, ou seja, a A25 (IP5). A nível concelhio a rede viária é dominada por 2 eixos principais de âmbito regional, a EN109 e a EN327.

Localmente, o projeto será servido por Caminhos e Arruamentos Municipais, nomeadamente o CM1163 (Rua do Salgueiral de Cima) e EN223 que permitem a ligação à EN327, fazendo esta a articulação com a EN109 e a Rede Fundamental já descrita.

3.5 FATORES BIOLÓGICOS E ECOLÓGICOS

A área correspondente ao projeto em estudo localiza-se na região Centro Litoral do país e insere-se numa zona muito alterada relativamente à vegetação bioclimática de ocorrência potencial, estando em grande parte substituída por povoamentos de floresta de produção, à base de eucalipto e pinheiro-bravo, terrenos agrícolas e aglomerados urbanos.

A área de estudo apresenta baixa biodiversidade, o que deverá resultar da pouca aptidão desta área para suportar as necessidades de abrigo, alimentação ou reprodução de espécies mais exigentes nestes parâmetros.

Na área de estudo, a ausência de ambientes de vegetação natural e as atividades humanas com rotação curta (agricultura e floresta) são fatores de perturbação que determinam um valor biológico inferior e a ausência das espécies menos tolerantes à presença humana e com maiores exigências do habitat.

3.6 PAISAGEM

A Unidade de Paisagem da Beira Litoral onde se encontra integrado o projeto em avaliação não deixa de coincidir com a caracterização acima referida com uma altimetria homogénea e de transição para as zonas arenosas do litoral, com um mosaico de floresta e terrenos agrícolas, entrecortados por aglomerados urbanos em povoamento linear ao longo das vias de comunicação.

Da análise efetuada é claramente possível definir três Unidades Homogéneas de Paisagem (UHP) a área florestal, a área agrícola e a área urbana parcialmente associada às parcelas agrícolas.

A UHP florestal é a unidade dominante da região. É uma floresta constituída predominantemente por eucaliptos (*Eucalyptus sp.*) e por pinheiros bravos (*Pinus pinaster*) que ocupa quer parte da área de estudo quer boa parte da envolvente mais afastada.





A UHP agrícola engloba os terrenos agrícolas de regadio, sendo limitados por uma faixa florestal a Norte e por vias locais e ocupação habitacional a Sul.

A UHP urbana, localizada a Sul, caracteriza-se por um povoamento linear associado à via municipal principal e por ter associado parcelas agrícolas confinantes.

Tendo em conta os critérios acima referidos poderemos dizer que as unidades florestal, agrícola e urbana apresentam predominantemente uma médio-baixa qualidade paisagística e elevada a média capacidade de absorção visual. A sua pouca diversidade, quer em termos de forma, estrutura e cor deixam a perceção de um ambiente saudável mas degradado, onde a rede viária e a ocupação do solo impõe a sua distribuição contribuindo para uma melhoria da organização da paisagem e da qualidade existente.

Verificou-se que as UHP de paisagem presentes na área em estudo não apresentam elevada sensibilidade, nomeadamente a UHP Agrícola, sobre a qual incidiram os novos elementos construídos mas cuja continuidade e integração com os pré-existentes determinaram que a UHP em causa não sofresse alterações significativas na sua qualidade visual e funcional.

3.7 QUALIDADE DO AR;

Na área do projeto, a qualidade do ar considera-se bom, sendo as principais fontes locais de emissão de poluentes atmosféricos associadas à circulação de veículos. A zona tendo um carácter rural apresenta ainda um domínio de floresta de produção e terrenos agrícolas e só junto aos acessos principais predomina a ocupação habitacional.

Na área de estudo, os recetores sensíveis são fundamentalmente as povoações ou aglomerados populacionais existentes, estando particularmente próximos do NP1 com um recetor situado a cerca de 15m, correspondendo ao aglomerado urbano de Salgueiral de Cima e algumas residências dispersas, situados respetivamente a Sul e entre os NP da exploração. Para os vários NP e com exceção do recetor já referido para o NP1 todos os demais recetores identificados se encontram a distâncias entre 75 e 175m dos potenciais pontos de emissão de ruído ou gasosas.

3.8 AMBIENTE SONORO;

O Estabelecimento Avícola dispersa-se por 3 NP os quais têm diferentes afastamentos às frentes urbanas consolidadas ou dispersas na sua envolvente. Desde logo, verifica-se que os elementos habitacionais mais próximos se situam no meio dos NP (elementos dispersos) e no lado Sul, correspondente ao aglomerado de Salgueiral de Cima. No NP1 a distância mínima é de 65 metros (RS10) do lado Nascente e 10 e 22 metros (RS 4 e RS5), para as habitações mais próximas e 40 (RS2), 65 (RS3) e 80 (RS1 e RS6) metros para as mais afastadas, do lado Poente, apresentando-se como potencial origem de ruído.

Apesar de não estarem ainda consagradas legalmente como tal (n.º 2, do artigo 6.º, do RGR), estas localidades apresentam características para serem classificadas como “zona sensível”.

Além dos aviários existentes e das vias de comunicação rodoviárias, não se identificam outras fontes de ruído.

3.9 SOCIO-ECONOMIA;

O concelho de Ovar tem assistido a um conjunto de transformações em termos de população residente e, de uma forma geral tem vindo a crescer em termos de número de efetivos, desde a década de 80, sendo a década de 90 a época particularmente



significativa, tendo-se verificado um aumento de cerca de 10% da população residente. Na última década, o aumento foi menos significativo, registando uma variação de apenas 0,4%.

Ao nível da freguesia de São João, na última década houve um decréscimo acentuado de população residente de cerca de 6,6%. De referir que São João, em termos de área, é a quinta maior freguesia entre as oito que constituem o concelho, apresentando uma densidade populacional de 448,7 hab./km². Em 2011, foi responsável por 11,3% do total da população concelhia.

Presentemente o sector dominante é o sector terciário com cerca de 81%, ao passo que 17,3% da população ativa se encontra a desenvolver a sua atividade profissional no sector secundário e apenas 1,8% no sector primário. É evidente o predomínio do setor de atividade industrial, sendo que há um acréscimo de atividades relacionadas com o comércio e serviços.

Sendo a indústria agroalimentar geradora de dinâmicas interessantes para o sector primário, este projeto pode representar neste período um fator dinamizador de atividade no sector primário, representando assim um foco gerador de desenvolvimento económico e, consequentemente, de emprego na região.

3.10 PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUEOLOGIA.

Apesar da importância histórica aferida a partir da bibliografia, a pesquisa efetuada pela Palimpsesto através da prospeção sistemática do terreno por método de “field walking”, revelou apenas duas ocorrências de interesse patrimonial. Uma das ocorrências é uma via, inédita, de cronologia ainda indeterminada, mas que poderá remontar hipoteticamente ao período romano e a outra ocorrência é uma estrutura hidráulica para elevação de água de cronologia moderna/contemporânea, que se encontraram relativamente próximas da área a afetar pela execução do projeto. (EIA Avicita, 2003)

Objetivamente, face à localização apresentada para as 2 ocorrências conclui-se que a presente intervenção ocorreu a 200m da ocorrência 1 e a 275m da ocorrência 2, pelo que não há interferência direta ou indireta com as mesmas.

3.11 EVOLUÇÃO DO AMBIENTE ATUAL

A avaliação de impacto ambiental é por definição uma ferramenta de avaliação prévia dos efeitos de um projeto no ambiente e ordenamento do território, pelo que neste momento é habitual e desejável proceder a uma previsão da evolução da situação de referência sem projeto.

No entanto, o presente estudo conforme já foi amplamente sublinhado anteriormente incide sobre um projeto que está implantado e em exploração, que resultou de um processo dinâmico de ampliação e modernização gradual ao longo de duas décadas.

Por este facto, não é possível perspetivar esta área sem este estabelecimento o qual está hoje completamente integrado no espaço territorial e social.



4. PRINCIPAIS EFEITOS NO AMBIENTE

A avaliação de impacto ambiental é por definição uma ferramenta de avaliação prévia dos efeitos de um projeto no ambiente e ordenamento do território decorrentes da construção e da fase de exploração, devendo fazer uma avaliação dos principais impactos que possa vir a gerar no ambiente e definir medidas para as prevenir, reduzir ou compensar os impactos negativos, potenciando os positivos.

No caso presente, esta avaliação incidiu essencialmente sobre as fases de exploração e desativação considerando que:

- Se trata de um projeto de execução, mas já executado e licenciado pelo que não se consideram alternativas de localização;
- O projeto recorre às melhores técnicas disponíveis;
- O espectro desta atividade é de longa duração.

Assim, esta avaliação teve por base três etapas específicas:

1. Lista das ações suscetíveis de produzir alterações no ambiente e respetivos impactos, considerando também as da fase de construção;
2. Avaliação dos impactos da fase de construção na perspectiva de diagnóstico ambiental com base na situação atual, de exploração e desativação;
3. Proposta de medidas de minimização, sempre que justificado pela avaliação de impactos.

4.1 GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E HIDROGEOLOGIA

Nesta fase, os potenciais impactos sobre a geologia e a hidrogeologia, estão relacionados com as escavações necessárias à construção do pavilhão 4 e instalação sanitária e prendem-se com a necessidade de fazer uma escavação de dimensão reduzida e subsuperficial para as fundações e placa de implantação. Uma vez que o terreno era plano e a cota de implantação foi a cota “natural do terreno” não ocorreram alterações geológicas e/ou geomorfológicas relevantes, sem prejuízo de ter ocorrido a impermeabilização na área de implantação das 2 construções.

Nestas condições, os impactos na geologia e geomorfologia são nulos e/ou negativos e muito pouco significativos, localizados e restritos à implantação.

No terreno, não foram identificados outros impactos negativos ou situações de afetação resultantes da construção e que careçam de minimização, pelo que não são propostas medidas para este fator. Também não são expectáveis quaisquer impactos a nível da geologia e da geomorfologia na fase de exploração.

4.2 RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS

Relativamente às ações decorrentes da compactação dos solos (resultante da circulação de veículos pesados e maquinaria afetos à obra) assim como da impermeabilização da área de implantação, estas poderão introduzir alterações nos processos hidrológicos, em especial naqueles que se relacionam com a infiltração, uma vez que podem causar uma diminuição no





processo de infiltração fruto da área impermeabilizada, provocando um acréscimo nos escoamentos superficiais, mas que será localizado e pouco significativo, considerando a reduzida área impermeabilizada adicional com a ampliação, que é de 1.954m² e é minimizada uma vez que toda a precipitação das coberturas do edificado são encaminhadas para os limites da área impermeável, promovendo a sua infiltração local.

Tendo em conta o carácter plano do terreno, a ausência de linhas de drenagem ou de água próximas do local e face à reduzida dimensão das mobilizações de terras, que estão restritas às fundações e construção da placa de implantação, não se prevêem impactos negativos sobre a rede hídrica superficial de quer ao nível da quantidade quer da qualidade, já que qualquer arrastamento de sólidos ou outros elementos estão restritos à área da exploração, a qual se encontra completamente confinada por vedação sólida.

Neste contexto, os impactos negativos sobre os recursos hídricos são globalmente muito pouco significativos.

Durante a fase de exploração haverá um aumento da circulação de veículos pesados, podendo originar acréscimos de poluentes nas plataformas de circulação. No entanto o tráfego gerado é reduzido e condicionado ao bom funcionamento da exploração, pelo que não se considera que ocorra qualquer impacto ao nível dos recursos hídricos superficiais.

No que diz respeito aos recursos hídricos subterrâneos, na fase de exploração, o principal impacto a ocorrer prende-se com a produção de águas residuais e a captação de águas.

A exploração dispõe de redes de saneamento separativas que divide águas residuais domésticas, provenientes das instalações sanitárias, e as águas residuais, originadas no processo de lavagem dos pavilhões (apenas nos NP1 e NP3), equiparadas a chorume, nos termos da Portaria n.º 631/2009, de 9 de Junho. De referir que as fossas estanques permitem um tratamento prévio das águas residuais, nomeadamente com decantação e degradação gradual da matéria orgânica, com posterior encaminhamento para ETAR ou valorização agrícola.

Para as águas domésticas, está ainda previsto a curto prazo a sua ligação ao sistema coletivo, em face da recente infraestruturação feita pela AdRA.

Resumindo, não haverá infiltração de águas residuais no solo logo não são expectáveis impactos negativos na qualidade dos recursos hídricos subterrâneos, decorrentes da produção de águas residuais, pelo que se classifica o impacto como nulo.

O abastecimento de água à exploração é feito através de 3 poços de captação própria, todos eles licenciados pela Agência Portuguesa do Ambiente.

A água captada é armazenada em tanques de betão sobrelevados, no interior de cada um dos NP, de onde é encaminhada, por gravidade e/ou bombeada, para os pavilhões da exploração.

Considera-se, assim, que o principal impacto é provocado pelas captações e exploração dos poços, associados ao consumo de água, que se traduz num impacto negativo, pouco significativo, de reduzida magnitude, direto, certo e de carácter permanente, no entanto, minimizável, desde que sejam tidas em consideração as medidas de prevenção para ruturas e gestão da dieta alimentar das aves adequada.



4.3 SOLO E CAPACIDADE DE USO DO SOLO

No caso presente, tratando-se de solos da Classe A e classificados como RAN, portanto de valor elevado, considera-se que este impacto é localmente significativo, mas tendo em conta que totaliza 1.954m² e em continuidade com uma ocupação idêntica já consolidada e atendendo a que a própria CRRAN também autorizou a intervenção, trata-se de um impacto de reduzida magnitude.

Durante a fase de exploração manter-se-ão as alterações ocorridas na fase de construção, não sendo expectável qualquer outra alteração.

Globalmente, os impactos resultantes da produção de resíduos são negativos e pouco significativos (desde que com a gestão preconizada neste estudo) e sem impactos sobre os solos, e dos subprodutos (efluentes pecuários) é positivo, significativo e de reduzida magnitude perante a valorização direta ou indireta dos mesmos na agricultura, com óbvias vantagens para a produtividade dos solos.

4.4 USO ATUAL DO SOLO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E REDE VIÁRIA

Do ponto de vista regulamentar, estando todos os elementos edificados devidamente licenciados, no âmbito do RJUE, considera-se verificada e assegurada a compatibilidade do projeto com as disposições regulamentares do PDM de Ovar. Nestas condições, considerando as características técnicas do projeto este gera um impacto positivo, de média significância e magnitude, certo e permanente face à compatibilidade de usos e requisitos regulamentares do projeto com o PDM de Ovar.

Considerando que as novas edificações foram submetidas à CRRAN e objeto de parecer favorável, considera-se que do ponto de vista da RAN, os impactos são negativos, mas pouco significativos e de reduzida magnitude, atendendo a que se trata de uma área reduzida e para uma atividade próxima e complementar da prática agrícola.

Na rede viária estima-se em 19 veículos pesados por semana, com especial importância nos percursos locais e municipais, até à entrada na EN327, o que induzirá um impacto negativo, direto, permanente, de magnitude baixa e localmente significativo devido ao atravessamento de aglomerados urbanos podendo gerar incomodidade, maior risco de acidentes e degradação acelerada da rede viária local.

Nestas condições, deve fazer-se a sensibilização dos condutores para o uso de baixas velocidades e especial atenção na circulação nestas vias.

4.5 FATORES BIOLÓGICOS E ECOLÓGICOS

De acordo com o estudo efetuado, nesta área não foram detetados valores importantes de habitats, flora e fauna no local, quer de âmbito nacional, quer local, pelo que não são previsíveis impactos negativos relevantes nos valores naturais do local e da envolvente próxima, provocados pelo projeto.

4.6 PAISAGEM

A implantação das novas construções implica inevitavelmente uma alteração da paisagem provocada pelo crescimento vertical dos elementos no terreno e pela desorganização do espaço com a introdução de diversos elementos estranhos à paisagem.

Assim, ocorrerá a alteração irreversível da morfologia e topografia natural do solo, sendo essa alteração pouco relevante. As





características da UHP agrícola, em que se insere o projeto, traduzem-se numa qualidade visual média e capacidade de absorção visual média a elevada. Assim, conclui-se que a paisagem local absorveu paisagisticamente de forma equilibrada e sem grande relevância a intrusão do Pavilhão 4 e Instalação Sanitária anexa, ou seja, a ampliação do NP2, para o que contribuiu o caráter de continuidade que esta ampliação deu à exploração pré-existente facilitando a absorção e integração visual dos novos elementos. Acresce ainda que a vedação da exploração (em cada um dos NP) confere um isolamento visual da exploração a partir do exterior.

Desta forma, o impacto sobre a paisagem é negativo, localizado, permanente e de magnitude e significado muito baixo.

4.7 QUALIDADE DO AR

A qualidade do ar na zona da exploração é boa e as principais alterações que poderiam ser provocadas pela fase de construção poderão advir das partículas em suspensão e à emissão de gases poluentes provocados pela circulação de veículos pesados no acesso à obra e dentro da exploração.

Já durante a fase de exploração, os principais fatores degradantes da qualidade do ar são as emissões poluentes geradas por:

- libertação de gases para a atmosfera, produzidos na criação das aves - face à existência de boas condições de dispersão do ar e à ausência de obstáculos, pode considerar-se este impacto negativo como pouco significativo;
- emissão de gases de combustão - considerando a baixa potência das caldeiras e o tipo de combustível, considera-se que o impacto desta ação será negativo, direto, certo e permanente, no entanto, pouco significativo e de reduzida magnitude;
- emissão de partículas, na operação de enchimento dos silos de ração - dada a existência de muros de vedação e elementos arbóreos nos vários NP, há uma minimização das hipóteses das partículas serem arrastadas pelo vento e de ficarem em suspensão na atmosfera;
- aumento da concentração de poluentes atmosféricos associados a fontes móveis - os impactos resultantes da concentração destes poluentes atmosféricos, apresentam-se como pouco significativos para a qualidade do ar, tendo em conta o número de veículos pesados associados e a frequência com que as viaturas se deslocam à unidade avícola, pelo que constituem um impacto negativo, direto, incerto e permanente, no entanto, pouco significativo e de reduzida magnitude;
- arraste de poeiras ou outras matérias pulverulentas para a atmosfera, por ação do vento - a manutenção de boas condições de limpeza geral das áreas descobertas da exploração e a contenção de quaisquer materiais armazenados passíveis de serem arrastados pelo vento, são uma boa prática a manter operação diária, minimizando assim um possível impacto negativo sobre a qualidade do ar local.

Em conclusão, os impactos na qualidade do ar resultantes da exploração serão negativos mas pouco significativos e de reduzida magnitude.

4.8 AMBIENTE ACÚSTICO

Em conclusão, na exploração não existem fontes relevantes de emissão de ruído, pelo que analisando o critério da distância dos recetores sensíveis mais próximos e a existência de muros de vedação e elementos arbóreos dentro dos Núcleos de Produção da exploração e a própria localização interna dos equipamentos, considera-se que as fontes potenciais de ruído acima



identificadas e descritas induzirão globalmente um impacto negativo, localizado e restrito à envolvente direta do projeto, de magnitude e significância reduzida.

Importa referir ainda que a ausência de reclamações da parte dos residentes mais próximos, demonstra que a atividade do Estabelecimento Avícola e atividades complementares, nomeadamente da circulação rodoviária associada não interfere ou incomoda os recetores sensíveis mais próximos.

4.9 SÓCIO-ECONOMIA

Através da capacidade produtiva da exploração, serão geradas mais-valias económicas e de emprego que contribuirão positivamente para o aumento da dinâmica empresarial da freguesia e do concelho, podendo considerar-se um impacto positivo e localmente significativo, sendo claramente gerador de dinâmica empresarial num sector primário que está claramente em perda na freguesia e no concelho.

Por outro lado, a ampliação e adaptação do NP2 às novas exigências do Bem-Estar Animal pressupõe um aumento da produção mas também uma maior competitividade da empresa no seu mercado de atividade, o qual será gerador de mais-valias e de capacidade económica da empresa para o futuro, garantindo assim melhor preparação e maior cota de mercado.

Em conclusão, os impactos são positivos, diretos, permanentes significativos e de elevada magnitude.

Simultaneamente, ocorrerá um aumento do tráfego, pela circulação de veículos pesados, nas vias rodoviárias do concelho o que poderá contribuir para algum constrangimento na movimentação de veículos ligeiros e pessoas. No entanto, pelas vias definidas para acesso à exploração, o impacto causado não será significativo.

4.10 PATRIMÓNIO CULTURAL E ARQUEOLOGIA.

Esta ampliação por incidir em área de terrenos agrícolas com atividade histórica fazem prever com segurança a baixíssima probabilidade de na mesma área existir qualquer ocorrência de valor patrimonial, passível de ter sido afetada pela construção do Pavilhão 4 e Instalação Sanitária anexa.

Em conclusão, não são previsíveis impactos sobre o património.

4.11 FASE DE DESATIVAÇÃO

Este tipo de instalação tem um ciclo de duração longo, de acordo com os materiais utilizados para construção, equipamentos utilizados para provimento e abastecimento das necessidades de produção, técnicas de produção utilizadas e tipo de produção efetuada.

Nos últimos anos houve um aumento do consumo de carnes brancas e derivados, a que não pode ser alheio o aumento da capacidade de compra das populações e da qualidade de vida.

Sendo esta uma atividade ligada ao consumo alimentar não se considera provável o encerramento antecipado da exploração, à exceção de ocorrerem acidentes durante a fase de produção, como sejam pandemias, perda de integrador, incapacidade de escoamento de produto ou algum acidente externo à exploração, como sejam incêndios.

A fase de desativação caracteriza-se pela desmaterialização do projeto, neste caso dos pavilhões e infraestruturas de apoio,





após interrupção da produção. Por se tratar de uma atividade ligada ao consumo alimentar, com défice de produção a nível nacional e pelo investimento a que o produtor se propõe, não se considera provável o encerramento antecipado da exploração, salvo situações excecionais, nomeadamente pandemias, perda de integrador, incapacidade de escoamento de produto ou acidentes, como sejam incêndios.

Assim, para esta fase considera-se ocorrência de impactes negativos significativos é pouco provável, havendo a cessação dos impactes negativos associados à presença da exploração. O principal impacte negativo efetivo seria relativamente à sócio-economia, dado potenciar-se a perda de postos de trabalho e de atividade produtiva e dinâmica empresarial.

4.12 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

Considerando que a fase de construção está ultrapassada, após determinação dos impactes negativos significativos e diagnóstico ambiental de toda a área de estudo, foram delineadas e propostas várias medidas de minimização adequadas à minimização/correção de alguma situação ainda decorrente da fase de construção e também as medidas de minimização adaptadas às fases de exploração e desativação, nomeadamente para minimizar efeitos das emissões gasosas, sonoras, efluentes líquidos e resíduos, bem como medidas de formação aos operadores das instalações.

Relativamente ao funcionamento dos equipamentos da exploração, bem como o fornecimento de matérias-primas e afins, considera-se que não causam impactes no que diz respeito ao ambiente sonoro, uma vez que os transportes serão realizados durante o período diurno e os equipamentos em funcionamento não geram níveis de ruído significativo, pelo que não obstante a presença próxima de recetores sensíveis na envolvente direta da exploração, não havendo histórico de incumprimentos e reclamações dos interessados e não tendo sido identificados impactes negativos importantes diretos ou indiretos sobre recetores sensíveis não se considerou necessário a proposta de monitorização de qualquer fator ambiental aqui tratado.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Estudo de Impacte Ambiental (EIA) incidiu sobre o **Projeto de Execução** da “**Ampliação Parcial do Estabelecimento Avícola da Avicita**”, sito em Salgueiral de Cima, freguesia de São João, do concelho de Ovar, proposto pela Avicita – Comércio de Aves, Lda., com a particularidade de o mesmo se encontrar construído e em exploração para a capacidade máxima prevista no projeto.

Por este facto a avaliação de impactes produzida abrangeu em particular a fase de construção e da exploração, embora seja feito um diagnóstico da fase de construção, correspondente à situação atual ou de referência, e ainda à fase de desativação.

Face ao arrastar da situação do licenciamento do estabelecimento, este EIA traduz uma vontade declarada da empresa em prosseguir um trabalho de adequação ambiental às novas exigências legais e simultaneamente permitir a regularização da instalação perante a Administração, em termos de atividade e de ambiente, que inclui a obtenção da respetiva Licença Ambiental.

De forma geral, foi possível reunir ou produzir a informação suficiente para a elaboração do estudo e consolidação da avaliação de impactes efetuada.

Este projeto insere-se num território marcadamente rural mas com boa dinâmica social e económica, representando o mesmo, atualmente, uma unidade de referência local e regional com uma dimensão de exploração e um volume de negócios de relevante magnitude para a região onde se insere.

A contiguidade com a povoação do Salgueiral de Cima constituiu à partida a questão mais sensível, tendo por isso havido particular cuidado com as vertentes ar ambiente, ruído e resíduos.

Considerando o tipo de atividade e as condições atuais de funcionamento do Estabelecimento Avícola, verificou-se que a produção de efluentes líquidos, resíduos e subprodutos, emissões gasosas fixas/difusas e de ruído não é particularmente relevante.

A avaliação de impactes produzida abrangeu a fase de construção, a fase de exploração, tendo em atenção a situação atual ou de referência, e ainda a fase de desativação.

Em súmula, da análise e interpretação das informações compiladas, bem como das observações e considerações efetuadas no decurso deste EIA, apresentam-se as principais conclusões quanto ao desempenho ambiental do projeto:

- Não foram identificados impactes negativos significativos ou muito significativos, em qualquer fator ambiental, passíveis de tornar inviável o projeto;
- Foram propostas um conjunto de medidas de minimização para melhorar o desempenho ambiental do projeto nas fases de exploração e desativação, privilegiando o caráter preventivo das mesmas;
- Sendo uma instalação sujeita a Licença Ambiental, estão assegurados mecanismos de acompanhamento ambiental específicos para a fase de exploração (Relatório Ambiental Anual, MIRR e PRTR);



- A utilização de equipamentos adequados a este tipo de instalações e a utilização das MTD aplicáveis ao sector permitem reduzir a produção de resíduos, subprodutos e efluentes pecuários e as emissões gasosas e sonoras;
- O encaminhamento dos resíduos e subprodutos produzidos na exploração para instalações de tratamento adequado permite uma diminuição dos impactes sobre o ambiente;
- São expectáveis impactes positivos nomeadamente ao nível socioeconómico e territorial, contribuindo para a dinamização económica local e do território.

Por último, refira-se a importância da manutenção deste estabelecimento em funcionamento e da adequação ambiental face aos normativos legais em vigor, com óbvias repercussões positivas quer no desenvolvimento económico e social da própria empresa, quer indiretamente no meio social em que está inserida.

Coimbra, Janeiro de 2014

O Responsável pelo EIA	O Promotor
	 AVICITA – Comércio de Aves, LDA.



ANEXO CARTOGRÁFICO

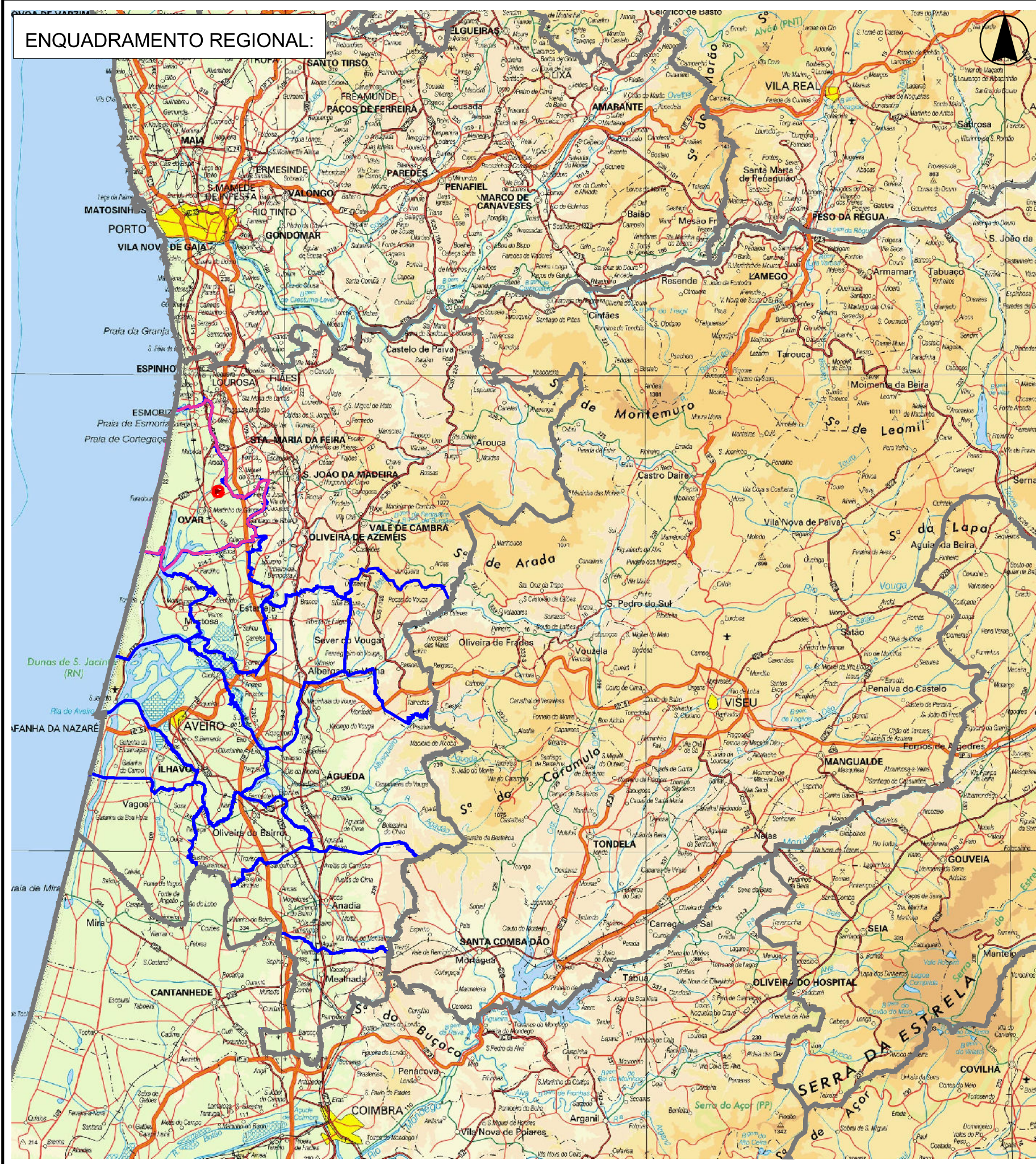
Peça desenhada n.º 1 – Planta de enquadramento

Peça desenhada n.º 2 – Planta de Localização, à escala 1:25000

Peça Desenhada n.º 3 – Planta de Implantação, à escala 1:10000

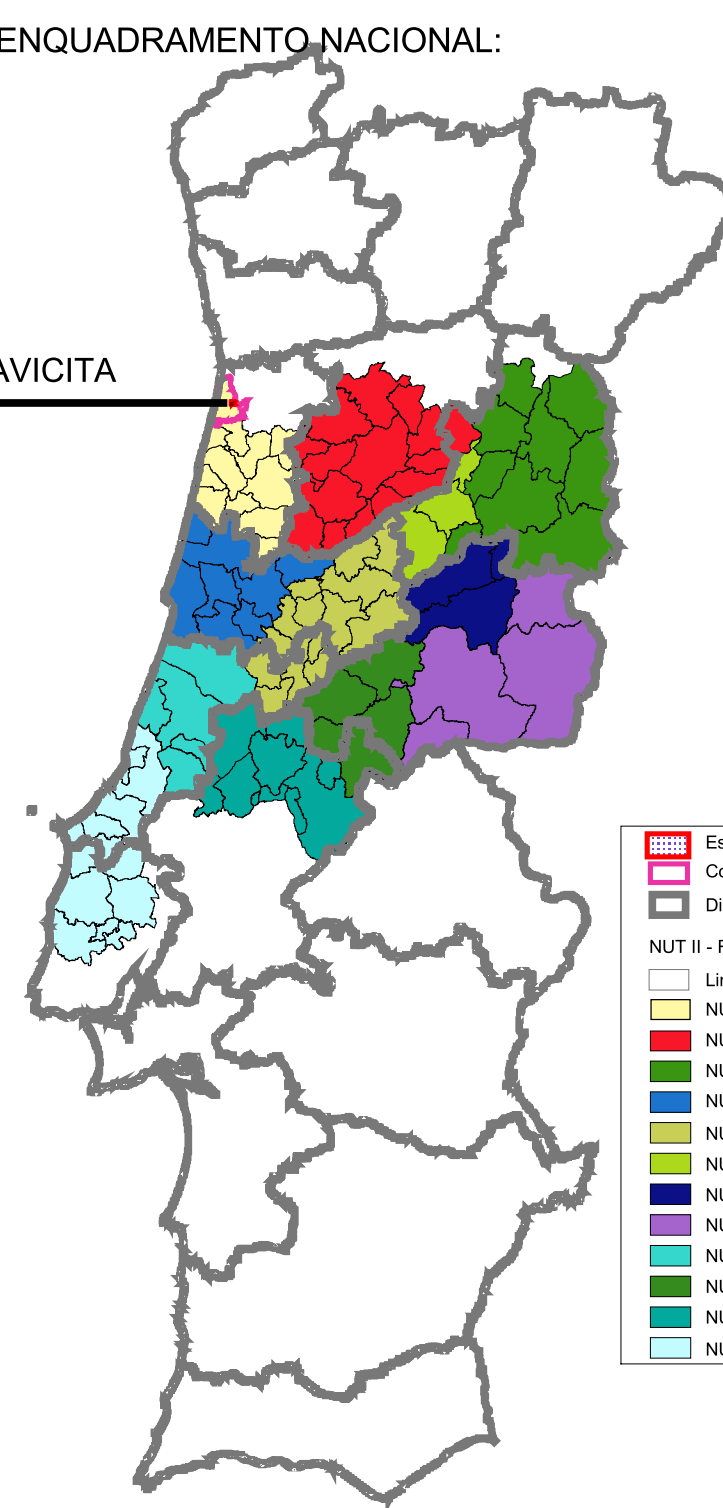


ENQUADRAMENTO REGIONAL:



ENQUADRAMENTO NACIONAL:

AVICITA



- Estabelecimento Avícola da Avicita
- Concelho de Estarreja
- Distritos - limites
- NUT II - Região Centro:
 - Limite de concelho
 - NUT III - Baixo Vouga
 - NUT III - Dão-Lafões
 - NUT III - Beira Interior Norte
 - NUT III - Baixo Mondego
 - NUT III - Pinhal Interior Norte
 - NUT III - Serra da Estrela
 - NUT III - Cova da Beira
 - NUT III - Beira Interior Sul
 - NUT III - Pinhal Litoral
 - NUT III - Pinhal Interior Sul
 - NUT III - Médio Tejo
 - NUT III - Oeste

1:3000000

Limites de distrito

Concelhos da NUT III - Baixo Vouga

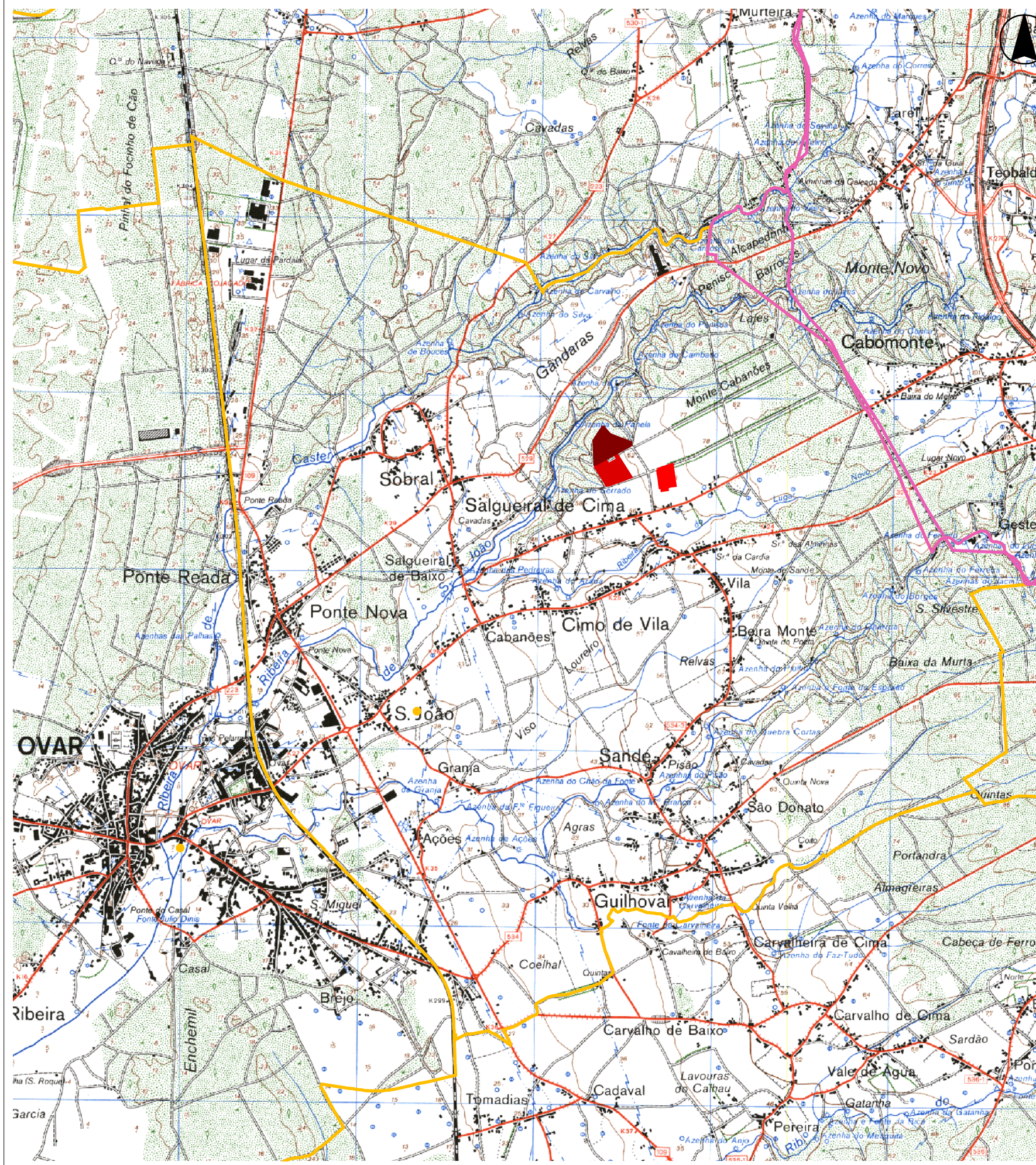
Concelho de Ovar

Núcleo de Produção 1

Núcleo de Produção 2

Núcleo de Produção 3

Data	Rubrica	 AVICITA Comércio de Aves, Lda.	 JANEIRO/2014
Proj.			
Des.			
Verif.			
Escala:	1:500000	Planta de enquadramento	Peça Desenhada n.º 1



ENQUADRAMENTO CONCELHIO:



1:250000

- Limites de distrito
- Concelhos da NUT III - Baixo Vouga
- Concelho de Ovar
- Núcleo de Produção 1
- Núcleo de Produção 2
- Núcleo de Produção 3

	Data	Rubrica	 AVICITA Comércio de Aves, Lda.	 JANEIRO/2014 Peça Desenhada n.º
Proj.				
Des.				
Verif.				
Escala:	1:25000		Planta de localização	2

